



EXAME DE APTIDÃO PROFISSIONAL – EAP SGT/2015

EAP 1º SGT QPE

(Edital nº 14/2014, de 10 de dezembro de 2014).

NOME: _____

LOCAL DE PROVA: _____ **SALA:** _____

DATA: 11/04/2015

ORIENTAÇÕES AOS CANDIDATOS:

1. Prova sem consulta.
2. Abra este caderno de prova somente quando autorizado.
3. Esta prova contém 40 (quarenta) questões, valendo 2,5 (dois vírgula cinco) pontos cada e valor total de 100 (cem) pontos.
4. Para cada questão existe somente uma resposta correta.
5. Responda as questões e marque a opção desejada na folha de respostas, usando caneta (tinta azul ou preta).
6. Não será admitido nenhum tipo de rasura na folha de respostas. As questões rasuradas ou em branco ou com dupla marcação serão consideradas nulas para o candidato.
7. O tempo máximo permitido para a realização da prova objetiva será de 180 (cento e oitenta) minutos incluindo o preenchimento da folha de respostas.
8. É proibido o uso de máquinas calculadoras, telefones celulares ou outros similares e o porte de arma de fogo.
9. Iniciadas as provas, os candidatos somente poderão deixar a sala, e a esta retornar, exclusivamente para uso de sanitários ou bebedouros, somente após transcorridos o tempo mínimo de 01:00 (uma hora), e devidamente acompanhados por fiscal do exame.
10. Ao final da prova, entregue ao aplicador a folha de respostas da prova objetiva e caderno de prova, devidamente preenchidos, assinados e conferidos.

01ª QUESTÃO – Sobre o Estatuto dos Militares do Estado de Minas Gerais (EMEMG) editado pela Lei Estadual n. 5.301 de 16 de outubro de 1969 é CORRETO afirmar que:

- A. () A antiguidade de cada posto ou graduação será regulada pela data da promoção ou nomeação, pela prevalência dos graus hierárquicos anteriores, pela data de praça e pela data de nascimento.
- B. () Para ingresso nos Quadros de Praças e de Praças Especialistas da Polícia Militar é exigido o nível médio de escolaridade, obtido em curso realizado em estabelecimento reconhecido pelo sistema de ensino federal, estadual ou do Distrito Federal.
- C. () O Adicional de Desempenho - ADE - constitui vantagem remuneratória, concedida anualmente ao militar que tenha ingressado nas instituições militares estaduais após a publicação da Emenda à Constituição nº 57, de 15 de julho de 2003, ou que tenha feito a opção prevista no art. 115 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado;
- D. () O militar que, após 3 (três) anos de licença continuada para tratamento de saúde, for julgado carecedor de nova licença, será reformado ou excluído, ainda que sua incapacidade não seja definitiva.

02ª QUESTÃO – Em relação a inatividade do militar prevista na Lei Estadual nº 5301, de 16 de outubro de 1969 (EMEMG), é CORRETO afirmar que:

- A. () Não será transferido para a reserva, nem reformado, antes de transitar em julgado sentença absolutória ou declarada definitivamente a impunibilidade, o militar que estiver como investigado em Relatório de Investigação disciplinar e sindicado em Sindicância Administrativa Disciplinar.
- B. () A passagem para a reserva se for compulsória isenta o militar da indenização de prejuízos causados à Fazenda Estadual ou a terceiros, bem como das pensões decorrentes de sentença judicial.
- C. () O militar da reserva remunerada poderá ser designado para o serviço ativo, em caráter transitório e mediante aceitação voluntária, a juízo do Governador do Estado, para atender a necessidade especial relacionada com as atividades da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais.
- D. () Será transferido para a reserva remunerada o oficial ou praça que completar 30 (trinta) anos de efetivo serviço ou atingir a idade de 65 anos, limite de permanência no serviço ativo.

03ª QUESTÃO – O oficial ou praça NÃO poderá ser licenciado:

- A. () Por motivo de doença pessoa da família.
- B. () Para candidatura a cargo eletivo, quando tiver 5 (cinco) ou mais anos de serviço.
- C. () Para tratar de interesse particular.
- D. () Para tratamento da própria saúde.

04ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA. De acordo com a Lei Estadual nº 14.310/02 (CEDM), conforme a natureza, a gradação e as circunstâncias da transgressão disciplinar, poderá ser aplicada a seguinte sanção disciplinar:

- A. () Cancelamento de matrícula, com desligamento de curso, estágio ou exame.
- B. () Movimentação de unidade ou fração.
- C. () Destituição de cargo, função ou comissão.
- D. () Reforma disciplinar compulsória.

05ª QUESTÃO – Em relação ao Código de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade (CEDM), avalie as assertivas abaixo.

- I. Constitui transgressão disciplinar de natureza média a utilização de recursos humanos ou logísticos do Estado ou sob a responsabilidade do militar para satisfazer a interesses pessoais ou de terceiros.
- II. A sanção disciplinar de prestação de serviço consiste na atribuição ao militar de tarefa, preferencialmente de natureza operacional, fora de sua jornada habitual, correspondente a um turno de serviço semanal, que não exceda a oito horas, sem remuneração extra.
- III. O cumprimento da sanção disciplinar por militar afastado do serviço ocorrerá após sua apresentação, pronto, na unidade.

São VERDADEIRAS as assertivas:

- A. () II e III, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () I e II, apenas.
- D. () Todas são verdadeiras.

06ª QUESTÃO – A Comissão de Processo Administrativo-Disciplinar – CPAD – é destinada a examinar e dar parecer, mediante processo especial, sobre a incapacidade de militar para permanecer na situação de atividade ou inatividade nas IMEs, tendo como princípios o contraditório e a ampla defesa. Sobre a composição da CPAD é CORRETO afirmar que:

- A. () A CPAD será nomeada e convocada pelo Comandante Regional, pelo Chefe do Estado-Maior, ou por sua determinação, pelo Corregedor da IME ou pelo Comandante da Unidade do militar a ser submetido ao processo administrativo disciplinar.
- B. () A arguição de impedimento e suspeição dos membros da CPAD pode ser feito até o término da primeira reunião, sob pena de decadência, salvo quando fundada em motivo superveniente.
- C. () O oficial do QOPM ou QOBM, de maior posto ou mais antigo, será o presidente; o militar de menor grau hierárquico ou mais moderno, o escrivão; o que o preceder, o interrogante e relator do processo.
- D. () Não poderá compor a Comissão de Processo Administrativo Disciplinar o militar pertencente ao quadro de praças da Polícia Militar.

07ª QUESTÃO – Para a concessão de recompensas na Polícia Militar de Minas Gerais as autoridades devem, nos diversos níveis, atentar para os princípios da proporcionalidade, individualidade, oportunidade, merecimento e justiça. Sobre as recompensas, é CORRETO afirmar que:

- A. () As punições canceladas poderão ser consideradas e servir de referência, a partir do ato de cancelamento, para verificação da vida pregressa do militar para fins de aplicação de sanção disciplinar.
- B. () A dispensa de serviço poderá ser concedida a discentes, durante o período letivo, mesmo durante o período de manobras ou em situações extraordinárias, haja vista que a recompensa sobrepõe a qualquer atividade.
- C. () A recompensa concedida por uma autoridade poderá ser ampliada, restringida ou anulada por autoridade superior que motivará seu ato.
- D. () A concessão do elogio exige a instauração de processo para detalhamento da conduta meritória do militar, mas dispensa a necessidade de análise do processo pelo CEDMU, por ser um ato benéfico ao militar.

08ª QUESTÃO – Em relação ao Decreto Estadual 42.843/02, que regulamenta as Recompensas e o Conselho de Ética e Disciplina dos Militares da Unidade, é CORRETO afirmar que:

- A. () O Processo/Procedimento Administrativo-Disciplinar, após a apresentação das razões escritas de defesa, que conclua que não há transgressão disciplinar a punir, não precisará de ser analisado pelo CEDMU.
- B. () O cômputo dos pontos decorrentes das recompensas elogio, comendas concedidas pela Instituição, nota meritória, dispensa do serviço, cancelamento de punições, menção elogiosa escrita, menção elogiosa verbal, será efetivada apenas no período de vinte quatro meses, contados a partir da data de concessão.
- C. () O membro de um CEDMU que estiver no exercício do seu encargo e for devidamente apenado continuará no Conselho até o término do prazo de funcionamento, mas não poderá ser reconduzido.
- D. () O militar a quem é imputada a prática de transgressão disciplinar deverá ser notificado formalmente do dia, hora e local em que o CEDMU se reunirá para apreciar a documentação a seu respeito, sendo que, em caso de interesse em comparecer, o mesmo ficará liberado de qualquer atribuição no horário da audiência.

09ª QUESTÃO – Sobre o Regulamento de Promoção de Praças das Instituições Militares do Estado de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que.

- A. () A praça punida em decorrência de sua submissão a processo administrativo disciplinar, de natureza demissionária, pela prática de ato que afete a honra pessoal ou o decoro da classe será considerada possuidora do requisito de idoneidade moral, imediatamente após o cumprimento da sanção disciplinar lhe aplicada.
- B. () A praça que tenha sofrido, no cumprimento de suas funções e no exercício da atividade policial-militar, lesões que a torne inválida permanentemente, será promovida por invalidez, desde que haja vaga.
- C. () Para efeito de promoção por merecimento será computado o tempo de exercício de cargo público civil temporário, executado pelo militar.
- D. () O Quadro de Acesso é a relação de praças selecionadas pela Comissão de Promoção de Praças, que preencham as condições para promoção, separadas por graduação, nos respectivos Quadros da carreira e turmas, organizada pelo critério de merecimento e antiguidade.

10ª QUESTÃO – Marque a alternativa CORRETA em relação à Portaria Normativa 660/MD, de 19 de maio de 2009, que aprovou o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar das Forças Armadas.

- A. () A continência é a saudação prestada pelo militar e pode ser individual ou da tropa, sendo pessoal, visando a pessoa e não a autoridade.
- B. () Para se retirar da presença de um superior, o militar faz-lhe a continência individual, idêntica à da apresentação, e pede permissão para se retirar; concedida a permissão, a praça retira-se normalmente, sendo dispensada a meia volta.
- C. () Todo militar, em decorrência de sua condição, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas, estabelecidos em toda a legislação militar, deve tratar sempre com respeito e consideração os seus superiores hierárquicos, como tributo à autoridade de que se acham investidos por lei.
- D. () Quando dois militares se deslocam juntos, o de menor antiguidade dá a esquerda ao superior e se o deslocamento se fizer em via que tenha lado interno e lado externo, o de menor antiguidade dá o lado externo ao superior.

11ª QUESTÃO – Em relação à aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O militar que, na condição de legatário ou herdeiro, receber arma de fogo em situação irregular, comunicará o fato por escrito à sua Unidade, fazendo as devidas provas, para que se lance no SAAM/PM e se providencie a regularização da propriedade junto ao SIGMA.
- B. () O militar só poderá adquirir arma de uso permitido, vez que a arma de uso restrito deve ser utilizada exclusivamente por instituições militares e quando o militar estiver de serviço.
- C. () A aquisição de arma de fogo, munição e colete à prova de balas, para uso próprio, é direito do militar da ativa, sendo que para o militar da reserva remunerada e do reformado não está permitida a aquisição do referido armamento e equipamento.
- D. () É vedada a transferência de propriedade de munição, salvo se realizada em conjunto com a transferência de arma de fogo do mesmo calibre.

12ª QUESTÃO – Sobre o Certificado de Registro de Arma de Fogo (CRAF), previsto na Resolução 4085/10 –CG, que dispõe sobre a aquisição, o registro, o cadastro e o porte de arma de fogo de propriedade do militar; e o porte de arma de fogo pertencente à Polícia Militar de Minas Gerais, é CORRETO afirmar que:

- A. () É responsabilidade do militar interessado o correto lançamento dos dados da arma de fogo e do proprietário no Sistema de Administração de Armas e Munições da Polícia Militar (SAAM/PM) e no Sistema Informatizado de Recursos Humanos (SIRH) devendo a Unidade proceder a respectiva conferência.
- B. () O Certificado de Registro de Arma de Fogo, para o militar da ativa, tem validade permanente em todo o território nacional e o autoriza a manter a arma de fogo, exclusivamente, no interior de sua residência e nas dependências desta, ou no interior da Unidade.
- C. () O militar terá o seu registro de arma de fogo cassado quando da transferência para outra Unidade, do falecimento, da perda do posto ou patente, da demissão, exclusão ou exoneração, da reforma por incapacidade mental ou física por doença que possa implicar em impedimentos para o manuseio de arma de fogo, sendo militar reformado ou da reserva remunerada, não se submeter à avaliação de saúde ou nela obter parecer desfavorável à manutenção da posse de arma de fogo, da deserção, ausência ou extravio, da interdição judicial.
- D. () O militar que estiver executando sua atividade a serviço de órgão do Estado, terá seu CRAF suspenso e sua arma de fogo recolhida à Unidade, enquanto perdurar a situação.

13ª QUESTÃO – É dever de todos os integrantes da Instituição Militar Estadual zelar pela manutenção da disciplina, cumprindo e fazendo cumprir as normas e os princípios da ética militar. Sobre o dever de comunicar e o processo de comunicação disciplinar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () As notícias que contiverem indícios de autoria e/ou materialidade de crime militar e aquelas que contiverem indícios de transgressão disciplinar ensejarão apuração, exclusivamente, em processo de comunicação disciplinar e sindicância administrativa disciplinar.
- B. () Todo militar que presenciar ou tomar conhecimento da prática de transgressão disciplinar ou qualquer outro ato irregular deverá levar o fato ao conhecimento da autoridade competente por meio de Comunicação Disciplinar ou Relatório Reservado.
- C. () A autoridade competente ao receber a Comunicação Disciplinar mesmo vislumbrando, de imediato, causa prévia de justificação ou absolvição, designará, no prazo de 10 (dez) dias úteis, por meio de Despacho, um encarregado para a elaboração do Processo de Comunicação Disciplinar (PCD), para melhor elucidação dos fatos.
- D. () A comunicação disciplinar deve ser clara, concisa e precisa, contendo os dados capazes de identificar as pessoas ou coisas envolvidas, o local, a data e a hora da ocorrência, além de caracterizar as circunstâncias do fato, podendo tecer comentários e opiniões pessoais.

14ª QUESTÃO – Processo Disciplinar é o instrumento pelo qual a Administração Militar apura as faltas ou irregularidades que o militar estadual venha a praticar, sendo o meio necessário para a imposição de sanção disciplinar. Sobre os Processos e Procedimentos Administrativos da PMMG e seus atos probatórios, marque a alternativa INCORRETA.

- A. () O militar dispensado por questão de saúde de suas atividades rotineiras fica totalmente desobrigado de atender às citações e notificações em processos e procedimentos administrativos.
- B. () O sindicado/acusado, devidamente notificado para o interrogatório, não poderá deixar de comparecer ao ato, injustificadamente, pelo que responderá administrativa e/ou penalmente pela conduta, conforme o caso.
- C. () O reclamante/vítima deverá ser alertado sobre a necessidade de falar somente a verdade do que souber ou lhe for perguntado, sob pena de incorrer em eventual prática de infração penal por denúncia caluniosa ou outro delito, bem como responder a processo cível por danos morais e patrimoniais.
- D. () As testemunhas militares estaduais das IME estão obrigadas a depor em processos e procedimentos instaurados pela própria Instituição, por dever de ofício, sob pena, em tese, da prática de crime militar de desobediência (art. 301, do CPM) e de transgressão disciplinar residual.

15ª QUESTÃO – Sobre o Manual de Processos Administrativos das Instituições Militares de Minas Gerais (MAPPA), avalie as assertivas abaixo.

- I. A finalidade do Relatório de Investigação Preliminar (RIP) é apurar a autoria, a materialidade e o nexo de causalidade de transgressões disciplinares praticadas por militares estaduais no exercício ou não de suas funções, de maneira rápida e padronizada. Possibilita a aplicação de sanções administrativas que não importem em reforma ou demissão do militar estadual e poderá ser utilizada como base para a instauração de PAD/PADS/PAE.
- II. O recurso disciplinar não é instrumento apropriado para o militar proferir críticas ou comentários depreciativos em relação a outro militar, a autoridade ou a ato da Administração, sob pena de responder, nas esferas cabíveis, pelo excesso que praticar.
- III. A absolvição criminal e/ou civil por insuficiência/ausência de provas não impede a aplicação de sanção disciplinar, ressalvadas as hipóteses em que o juiz tenha reconhecido a inexistência do fato ou a negativa de autoria.
- IV. O reconhecimento fotográfico ou por filmagem caracteriza ofensa à intimidade, posto que prevalece o interesse individual previsto na Constituição Federal.

São VERDADEIRAS as assertivas.

- A. () II e III, apenas.
- B. () I e III, apenas.
- C. () I e IV, apenas.
- D. () II e IV, apenas.

16ª QUESTÃO – Em relação à Instrução Conjunta das Corregedorias n. 01/14 (ICCPM/BM), que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG é CORRETO afirmar que:

- A. () É permitido aos Comandantes, em todos os níveis, utilizar seu poder disciplinar, com a finalidade de compelir os militares à satisfação de seus débitos, haja vista o dever ético do militar junto a sociedade.
- B. () Na apresentação à Delegacia de Polícia, o militar notificado/requisitado como investigado/indiciado, preso ou em liberdade, deverá comparecer com o uniforme da atividade.
- C. () As sanções aplicadas pelo Comandante-Geral da PMMG/CBMMG, Chefe do EMPM/EMBM, Chefe do Gabinete Militar e Corregedores das IME, poderão ser anuladas por qualquer autoridade prevista no CEDM.
- D. () As Equipes de Prevenção e Qualidade (EPQ) tem o objetivo de prevenir e reprimir os desvios de conduta dos integrantes das Instituições Militares, atuando ostensivamente, em suplementação ao dever de fiscalização e correção de atitudes inerentes a todos os militares.

17ª QUESTÃO – Sobre as transgressões disciplinares previstas na Instrução Conjunta de Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/14), que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, marque a alternativa CORRETA:

- A. () A manutenção indevida de bem de terceiro ou da fazenda pública em poder do militar constitui transgressão disciplinar prevista no art. 14, inc. XIII do CEDM, se caracterizando sempre pela posse permanente e ilegítima, de qualquer bem público ou particular.
- B. () Na transgressão disciplinar prevista no art. 13 inc. XIX do CEDM (utilizar-se de recursos humanos ou logísticos do Estado ou sob sua responsabilidade para satisfazer a interesses pessoais ou de terceiros) há necessidade da comprovação da ocorrência de vantagem pessoal ou de terceiros, não bastando que a utilização dos meios logísticos satisfaça o interesse pessoal ou de terceiros.
- C. () O descumprimento da ordem prevista na transgressão disciplinar descrita no art. 14, inc. III do CEDM (deixar de cumprir ordem legal ou atribuir a outrem, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atividade que lhe competir) deverá ser de natureza pessoal e direcionada a militar determinado, não podendo ser, de cunho genérico, emanadas por intermédio de documentos internos diversos.
- D. () Para a configuração da transgressão disciplinar prevista no art. 13, inc. III do CEDM (faltar, publicamente, com o decore pessoal, dando causa a grave escândalo que comprometa a honra pessoal e o decore da classe), não há necessidade de que o fato ocorra em local público, uma vez que a publicidade exigida para que se configure a falta diz respeito ao comprometimento do decore pessoal, entendido como um sentimento de decência particular.

18ª QUESTÃO – De acordo com as orientações descritas na Instrução Conjunta das Corregedorias nº 01 (ICCPM/BM nº 01/14), que estabelece padronização sobre as atividades administrativas e disciplinares no âmbito da PMMG e CBMMG, sobre o MAPPA, é CORRETO afirmar que:

- A. () Quando do envolvimento de militares lotados em UDI distintas em assuntos administrativo-disciplinares, o poder decisório caberá ao Corregedor, sejam estes na condição de autores ou vítimas.
- B. () O encarregado do PCD será um graduado, mínimo 3º Sargento, ou oficial, que seja superior ou possuidor de precedência hierárquica em relação ao comunicado.
- C. () A autoridade que instaurar o processo ou procedimento disciplinar poderá, ao final dos trabalhos e antes da solução, determinar ao Encarregado a realização de diligências complementares que vislumbrar necessárias, ainda que não seja competente para solucioná-lo.
- D. () O Subcomandante de Unidade é incompetente para instaurar Processo de Comunicação disciplinar e Relatório de Investigação Preliminar.

19ª QUESTÃO – Sobre a padronização de atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG, prevista na Instrução Conjunta de Corregedorias nº 02 (ICCPM/BM nº 02/2014), marque a alternativa CORRETA.

- A. () Os militares envolvidos diretamente em ocorrências com resultado letal deverão, de imediato, ser encaminhados, ao serviço psicológico, sendo mantidos no serviço operacional até o término do Inquérito Policial Militar.
- B. () Na ocorrência de crime militar, especialmente o que tenha sido cometido no exercício da função ou em decorrência desta, o militar e/ou a guarnição deverá ser recolhida imediatamente à delegacia, para as providências relativas ao APF pela prática de crime militar.
- C. () Nas ocorrências em que a intervenção policial resulte morte (consumada ou tentada) de qualquer pessoa, a Central de Operações da IME, por meio do Coordenador do turno, a Corregedoria/Subcorregedoria ou equivalente deverá ser cientificada imediatamente.
- D. () Na autoria indefinida ou indeterminada, quando não se consegue determinar qual dos militares que, agindo em concurso de agentes, cometeu o crime, lavrar-se-á o APF em face do mais antigo da guarnição, se estiverem em flagrante delito.

20ª QUESTÃO – As normas jurídicas estão em constante evolução, e as Instituições Militares Estaduais (IME) devem realizar as atividades de Polícia Judiciária Militar buscando sempre a celeridade, eficiência e qualidade, alinhadas ao arcabouço jurídico vigente, por isso foi editada a Instrução Conjunta de Corregedorias nº. 02/14 (ICCPM/BM nº 02/14), que estabelece padronização sobre atividades de Polícia Judiciária Militar no âmbito da PMMG e CBMMG. Em relação a referida Instrução, marque a alternativa CORRETA.

- A. () A interceptação telefônica, nos termos da Lei n. 9.296/96 e da Súmula n. 6 – TJM/MG, poderá ser requerida diretamente pela Autoridade de Polícia Judiciária Militar (Autoridade Delegante ou Delegada), no curso da investigação de crimes militares punidos com penas de prestação de serviço, ao Juiz de Direito do Juízo Militar competente, especificando os motivos do pedido, constando expressamente que sua realização é imprescindível à apuração da infração penal, com a indicação dos meios a serem empregados.
- B. () As Comissões de Acompanhamento e Controle da Letalidade e do Uso da Força das Unidades da PMMG, visam acompanhar sistematicamente os fatos em que há envolvimento de policiais militares, da ativa e em serviço, quer na situação de autor, quer na condição de vítima, nos quais o uso de força causar lesão ou morte de pessoas.
- C. () O Programa de Proteção, Auxílio e Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas - PROVITA - destina-se à(s) vítima(s), testemunha(s), seus familiares e autor (es) de delitos que estejam coagidos ou expostos a grave ameaça, em razão de colaborarem com a investigação ou processo criminal.
- D. () A ausência da representação do ofendido, ou a desistência de sua apresentação, nos crimes militares de lesão corporal de natureza leve ou culposa, impedirá a instauração e o desenvolvimento do IPM perante a Administração Militar.

21ª QUESTÃO – Ação legítima é a intervenção (resposta) ou atuação do militar estadual, isolado ou em conjunto, em ocorrência de natureza comum ou militar, quer por determinação, solicitação ou iniciativa própria, desde que tal desempenho se faça comprovadamente necessário e se pautar nos estritos parâmetros autorizados pelo direito. A respeito da Ação Legítima marque a alternativa CORRETA.

- A. () A competência para declarar a ação legítima do militar é da Autoridade Militar Judiciária que apurou a prática do crime.
- B. () No concurso de agentes, a declaração da legitimidade da ação deverá ser feita observando-se o caso concreto, sendo que a decisão de declaração de ação legítima de um militar deverá ser a mesma para todos os militares envolvidos.
- C. () O ato de declaração de legitimidade (ou ilegitimidade) de ação que contenha motivação e fundamentação inadequada, não poderá ser revogado ou anulado, sendo a decisão definitiva, tendo vista os efeitos já produzidos.
- D. () O ato administrativo que declarar a legitimidade da ação produzirá os seus efeitos a partir da data da sua publicação, mas quando a declaração se der em decorrência de requerimento do militar, o ato terá seus efeitos a partir da data da protocolização do pleito junto à Administração Militar.

22ª QUESTÃO – As áreas integradas de segurança pública preservam, sempre que possível, a antiga localização das sedes de Unidades Operacionais das polícias Militar e Civil, ajustando, porém, suas circunscrições aos limites de municípios no Estado e, na Capital, aos contornos de bairros e regiões administrativas. As áreas integradas de segurança pública visam, EXCETO.

- A. () Integrar as forças de segurança a nível federal, estadual e municipal, possibilitando o planejamento e a execução de políticas locais de policiamento em sintonia com a realidade de cada unidade da Federação, região do Estado e da Capital.
- B. () Integrar as polícias, as comunidades, e as agências públicas e civis prestadoras de serviços essenciais à população.
- C. () Melhorar a qualidade dos serviços de segurança pública à luz de diagnósticos tecnicamente orientados sobre a criminalidade, a violência e a desordem, adequando essa oferta às demandas comunitárias locais.
- D. () Adequar as forças policiais ao seu ambiente de atuação e às necessidades específicas de sua clientela: as comunidades.

23ª QUESTÃO – Sobre as penas previstas no Decreto-Lei 1001/69, que contém o Código penal Militar, é CORRETO afirmar que:

- A. () A pena de suspensão do exercício do posto, graduação, cargo ou função consiste na agregação, no afastamento, no licenciamento ou na disponibilidade do condenado, pelo tempo fixado na sentença, sendo desobriga o seu comparecimento regular à sede do serviço. Não será contado como tempo de serviço, para qualquer efeito, o do cumprimento da pena de comparecer na Unidade no período de cumprimento da pena.
- B. () A condenação da praça a pena privativa de liberdade, por tempo superior a um ano, importa sua exclusão.
- C. () Incorre na pena acessória de inabilitação para o exercício de função pública, pelo prazo de dois até vinte anos, o condenado a reclusão por mais de quatro anos, em virtude de crime praticado com abuso de poder ou violação do dever militar ou inerente à função pública.
- D. () A imposição de qualquer das penas acessórias previstas no Código Penal Militar deve constar expressamente da sentença penal, para que seja executada.

24ª QUESTÃO – Em relação aos crimes previstos no Código Penal Militar, marque a alternativa CORRETA.

- A. () O incitamento à indisciplina não constitui crime militar, mas caracteriza transgressão disciplinar prevista no CEDM.
- B. () O crime de desrespeito a superior consiste na recusa de obedecer a ordem do superior sobre assunto ou matéria de serviço, ou relativamente a dever imposto em lei, regulamento ou instrução.
- C. () Comete crime de publicação ou crítica indevida o militar que publicar, sem licença, ato ou documento oficial, ou criticar publicamente ato de seu superior ou assunto atinente à disciplina militar, ou a qualquer resolução do Governo.
- D. () Constitui crime de corrupção ativa a exigência, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida.

25ª QUESTÃO – Com relação ao Colegiado de Integração de Defesa Social, é CORRETO afirmar que:

- A. () São titulares do Colegiado de Integração de Defesa Social: o secretário de Defesa Social, o secretário de Administração Penitenciária, o Chefe da Polícia Civil, os Chefes do Estado Maior da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar e o Procurador-Geral de Justiça.
- B. () O Governador do Estado é a autoridade responsável pela formulação e aprovação de diretrizes e estratégias para a integração do sistema de defesa social, assim como pelo acompanhamento da gestão operacional de integração dos diversos órgãos que compõem o Colegiado.
- C. () O Colegiado é presidido pelo Comandante Geral da Polícia Militar e composto pelos titulares dos órgãos do Sistema Integrado de Defesa Social.
- D. () Órgãos colegiados são aqueles em que há representações diversas e as decisões são tomadas em grupos, com o aproveitamento de experiências diferenciadas.

26ª QUESTÃO – O Disque Denúncia Unificado (DDU), foi criado por intermédio do Decreto 44633 de 10/10/07. O DDU constitui-se de uma central única, cujas finalidades são a recepção, o processamento e a resposta a denúncias anônimas de crimes e sinistros. As denúncias são feitas por intermédio do telefone 181, preservando-se o integral anonimato do denunciante.

Marque a alternativa que NÃO é um dos princípios que regem o Disque Denúncia Unificado.

- A. () Resguardo absoluto e incondicional do anonimato do cidadão que oferecer denúncia de crime ou sinistro.
- B. () Propiciar ao usuário uma ferramenta eficiente para o controle, correição e aprimoramento, bem como para a melhoria do atendimento da Polícia Militar.
- C. () Sigilo das informações referentes ao conteúdo das denúncias anônimas e dos procedimentos decorrentes.
- D. () Preservação da imagem e honra dos servidores, funcionários, denunciantes e denunciados.

27ª QUESTÃO – O conceito de Polícia Comunitária inclui mais que o exercício de novas funções, uma moderna visão da gestão da segurança pública, segundo a qual a cultura organizacional é transformada. Tal visão é trazida à existência pelo exercício concomitante de dez princípios.

Marque a alternativa que NÃO é um dos princípios da Polícia Comunitária.

- A. () Comprometimento da organização com a concessão de poder à comunidade.
- B. () Filosofia e estratégia organizacional.
- C. () Resolução repressiva de problemas a curto e em longo prazo.
- D. () Policiamento descentralizado e personalizado.

28ª QUESTÃO – De acordo com a Instrução nº 03.03.10/2013 – CG, que regula o emprego da PMMG com vistas à prevenção e repressão aos crimes de homicídio em MG, nos últimos anos, a sociedade brasileira entrou no grupo das sociedades mais violentas do mundo. O ser humano não comete violência sem motivo. É verdade que algumas vezes as violências recaem sob pessoas erradas. No entanto, as ações erradas existiram e alguém as cometeu, caso contrário não haveria violência. Marque a alternativa que NÃO contém uma das principais causas de violência em todo o mundo.

- A. () Falta de diálogo entre contendores.
- B. () O desrespeito, a prepotência e o desequilíbrio emocional.
- C. () Crises de raiva causadas por fracassos e frustrações.
- D. () Apologia exacerbada ao crime praticada pela Imprensa.

29ª QUESTÃO – Os profissionais atuantes na Patrulha de Prevenção ao Homicídio devem ser selecionados dentre os policiais militares que se destacam pela maior qualificação profissional, observando os seguintes requisitos, EXCETO:

- A. () O militar não necessitará estar apto no treinamento específico sobre a Patrulha de Prevenção ao Homicídio, bastando apenas possuir conhecimento básico sobre gerenciamento de crises, sendo capaz de adotar as providências iniciais quando for atuar.
- B. () Busca-se os militares de comportamento exemplar, com no mínimo cinco anos de serviço na atividade operacional e estar apto no Treinamento Policial Básico.
- C. () Que o militar não possua histórico de emprego indevido de arma de fogo, tendo habilidade em fazer contatos comunitários.
- D. () O militar deve possuir reputação irrepreensível perante aos pares e a sociedade e ter o domínio de temas como direitos humanos e polícia comunitária.

30ª QUESTÃO – É fato que cada ocorrência policial possui um conjunto de variáveis que a torna única. Cada intervenção é singular, exigindo que o policial militar seja versátil e capaz de adaptar-se às peculiaridades de cada situação do cotidiano operacional. Neste contexto, a segurança do policial militar, na execução das suas tarefas, está diretamente relacionada ao seu preparo mental. Diante ao exposto, marque a alternativa INCORRETA:

- A. () Considera-se preparo mental o processo de pré-visualizar os prováveis problemas a serem encontrados em cada tipo de intervenção policial militar e ensaiar mentalmente as possibilidades de respostas. Essa antecipação desencadeia um conjunto de alterações fisiológicas e psicológicas, colocando o policial militar num estado de prontidão que ampliará sua capacidade de resposta a cada situação.
- B. () A prática cotidiana, aliada a experiências anteriormente adquiridas, eliminam a necessidade de um treinamento contínuo e/ou periódico ao policial militar, pois essas experiências bem sucedidas aperfeiçoarão ainda mais o seu preparo mental para o exercício de sua atividade.
- C. () A falta do preparo mental do policial militar durante uma intervenção prejudicará o seu desempenho, levando a um aumento de seu tempo de resposta à agressão e, assim, o uso de força poderá ser inadequado (excessivo ou aquém do necessário para contê-la).
- D. () O treinamento policial militar baseado em situações práticas que se aproximam do cotidiano profissional, somado à análise crítica de erros e acertos vivenciados na experiência real contribuem para o desenvolvimento da habilidade do policial militar pensar sobre como ele agiria nas diversas situações, visualizando mentalmente suas respostas e definindo previamente o seu procedimento básico.

31ª QUESTÃO – A metodologia de avaliação de riscos durante uma intervenção policial possui 05 (cinco) etapas, sendo elas: Etapa 1 - Identificação de direitos e Garantias, Etapa 2 – Avaliação das ameaças, Etapa 3 – Classificação de risco, Etapa 4 – Análise das vulnerabilidades e, finalmente, Etapa 5 – Avaliação de possíveis resultados.

Toda ação policial militar deverá ser precedida de uma avaliação dos riscos envolvidos, que consiste na análise da probabilidade da concretização do dano e de todos os aspectos de segurança que subsidiarão o processo de tomada de decisão em uma intervenção policial. Durante a Etapa 4 – Análise das vulnerabilidades, a qual consiste em analisar os recursos que existem para responder à ameaça, você, profissional de Segurança Pública, deverá avaliar as seguintes premissas, EXCETO:

- A. () Competências profissionais dos policiais militares e da equipe como um todo para agir no cenário em função das técnicas e táticas adequadas aos tipos de ameaças.
- B. () Situação emocional do público e envolvidos presentes no local da intervenção policial.
- C. () Efetivo policial militar suficiente para atuar com supremacia de força.
- D. () Meios de que o policial militar dispõe para intervir de forma efetiva e segura (armamento, colete balístico, equipamento para comunicação, veículos, entre outros).

32ª QUESTÃO – São procedimentos a serem observados para efetuar o disparo da arma de fogo, EXCETO:

- A. () Advertir o abordado sobre a possibilidade de disparar sua arma de fogo, proporcionando-lhe tempo suficiente para que entenda e desista da agressão, acatando as ordens do policial militar.
- B. () Antes de disparar sua arma de fogo, o policial militar deve, sempre que possível, abrigar-se imediatamente, identificar-se como policial militar, mesmo estando fardado.
- C. () Em caso de dúvida com relação à autoria/materialidade, efetuar o disparo, a fim de evitar risco desnecessário.
- D. () Adotará a sequência de verbalização: - *Aqui é a Polícia Militar! / Parado! Não reaja! / Estamos armados, podemos atirar! / Coloque sua arma no chão!*

33ª QUESTÃO – Com relação ao uso de cobertas e abrigos nos deslocamentos táticos, os policiais militares deverão identificar locais no ambiente que permitam proteção e ocultação, o que lhes propiciará uma maior segurança para a sua ação. Neste contexto marque a alternativa INCORRETA:

- A. () O abrigo visa guarnecer o militar de um local adequado para o descanso e parada tática.
- B. () As cobertas são usadas como ocultação e estas visam possibilitar que os policiais militares desloquem até o local determinado, sem serem vistos pelos suspeitos até o momento da abordagem, ou seja, conseguindo assim o fundamento da surpresa.
- C. () A proteção visa diminuir o risco do policial militar ser agredido ou alvejado pelo suspeito.
- D. () Nos deslocamentos, os policiais militares deverão buscar cobertas e abrigos para proteção e ocultação, pois estes meios são anteparos existentes na natureza ou produzidos pelo homem, encontrados ao longo do deslocamento ou no cenário onde ocorre a intervenção policial.

34ª QUESTÃO – A disciplina de luz e som é o conjunto de recomendações que pode ser empregado para reduzir ou eliminar a emissão de ruídos e de luminosidade que possam denunciar o posicionamento do policial militar.

Para manutenção da disciplina de luz e som, fazem parte de medidas de segurança, que os policiais militares deverão adotar, EXCETO:

- A. () Antes de iniciar o deslocamento, realizar a auto inspeção, retirando materiais que façam barulho (bater nos bolsos, efetuar pequenos saltos).
- B. () Ocultar o visor do celular, caso seja necessário seu uso como instrumento de comunicação, mantendo o aparelho no modo silencioso ou desligado.
- C. () Jamais acender cigarro e evitar expor objetos cromados com capacidade de reflexão de luz direta, e ao fazer o uso da lanterna, observar as técnicas de emprego deste equipamento.
- D. () A utilização da rede rádio, em razão desta ser o meio prioritário de comunicação, permanece inalterada, ou seja, os rádios permanecem ligados, em volume de som normal, desde que seja observada a utilização da linguagem de sinais, como meio auxiliar.

35ª QUESTÃO – Com relação à utilização da lanterna, sabemos que referido equipamento é um recurso eficaz para ambientes de baixa luminosidade. Suas principais utilidades são a iluminação do ambiente, a identificação de pessoas ou objetos, o auxílio na realização da pontaria, o ofuscamento da visão do abordado e a sinalização.

Marque a alternativa que contém o procedimento que NÃO DEVERÁ ser utilizado pelo policial militar, quando da utilização da lanterna:

- A. () Se, durante o deslocamento, o policial militar deparar com um suspeito, poderá focalizar o feixe de luz nos olhos do abordado, com o objetivo de ofuscar-lhe a visão, procurando abrigo para realização de uma verbalização segura.
- B. () A lanterna deve ser utilizada com acionamentos intermitentes, para que a posição do policial militar e dos demais integrantes da equipe não seja denunciada. Além disso, o acionamento de lanterna, atrás de outro policial militar deve ser evitado.
- C. () O feixe de luz nunca deverá ser dirigido aos olhos do abordado, pois este procedimento poderá configurar constrangimento ilegal ou abuso de autoridade.
- D. () A lanterna será conduzida pela mão que não estiver empunhando a arma de fogo e sempre acompanhará a direção do cano. Desta forma, o foco de visão do policial militar, o cano da sua arma e o feixe de luz deverão estar voltados para a mesma direção.

36ª QUESTÃO – São tipos de Patrulha Policial Militar, EXCETO:

- A. () Patrulha de operações especiais – tem por missão atuar em ocorrências de alta complexidade, cujo grau de intervenção requeira o uso extremo de força, bem como armamento letal.
- B. () Patrulha de incursão – tem por finalidade realizar deslocamentos no interior de aglomerados urbanos. Utiliza das técnicas policiais com objetivo de realizar operações, efetuar prisões, cumprir mandados, ocupar determinadas áreas e restaurar a ordem ou garantir a lei.
- C. () Patrulha de reconhecimento – Tem por finalidade confirmar ou buscar informações, denúncias, reconhecimento de áreas ou edificações.
- D. () Patrulha de resgate - É a Patrulha que utiliza das técnicas policiais a fim de prestar apoio e socorro a outras patrulhas PM.

37ª QUESTÃO – O comandante da patrulha observará os fatores que influenciam na organização e atuação da patrulha e juntamente com seu grupo decidirá qual será o deslocamento mais seguro e efetivo para a equipe. Neste contexto, são os seguintes fatores que podem interferir na organização e atuação de uma patrulha, EXCETO:

- A. () Sigilo das operações e controle da equipe
- B. () Segurança e objetivo da ação
- C. () Formações e Disciplina de luz e som
- D. () Nível intelectual e profissional dos patrulheiros e especialidades

38ª QUESTÃO – As buscas pessoais são realizadas em prol do bem comum, ainda que possam causar eventuais desconfortos de caráter individual. É importante que a restrição aos direitos individuais se dê o mínimo possível, ou seja, no limite do que possa ser considerada necessária e razoável, para que não possa ser interpretada como abuso de autoridade. Nos casos em que a suspeição não se confirmar e nada de irregular for encontrado, caberá ao policial militar adotar as seguintes providências, EXCETO:

- A. () Demonstrar que a abordagem realizada, é um ato discricionário e legal, com foco na segurança preventiva.
- B. () Esclarecer ao abordado os motivos pelos quais ele foi submetido a busca pessoal.
- C. () Orientar o abordado a procurar a imprensa, ouvidoria de polícia ou outro órgão, caso não esteja satisfeito com a abordagem.
- D. () Prestar outras informações que possam minimizar possíveis embaraços causados.

39ª QUESTÃO – O local e o horário de instalação da blitz policial são aspectos importantes a serem observados no planejamento da operação. O local não pode ser escolhido aleatoriamente. Deve ser definido a partir de dados obtidos na análise criminal e em conformidade com as metas estabelecidas, tomando-se por base, EXCETO.

- A. () A visibilidade, a iluminação bem como os índices de criminalidade do local.
- B. () A segurança da via, bem como as condições de tráfego (aclives, declives, curvas, pontes, cruzamentos, túneis e viadutos).
- C. () Acessibilidade e facilidade para a presença e cobertura dos órgãos de imprensa no local.
- D. () O tipo de veículo a ser parado e abordado conforme o objetivo da operação, principalmente em relação ao horário. Exemplos: táxi, ônibus, motocicleta, etc.

40ª QUESTÃO – Os agentes químicos são substâncias que se dispersam no ar por processos químicos especiais e causam uma série de efeitos psicofisiológicos, instantâneos e não permanentes. As forças policiais, em âmbito mundial, utilizam agentes químicos, inquietantes ou irritantes, que causam efeitos lacrimogêneos. Sua utilização vem ocorrendo para o controle de distúrbios de maneira geral e em ações e operações específicas nas quais a sua ação possa ser um fator *minimizador* do uso de força física e, principalmente, de força potencialmente letal. A PMMG, quanto ao emprego tático, utiliza dois tipos de agentes: os inquietantes e os fumígenos, sendo, este último, tanto os de cobertura quanto os de sinalização.

Marque a alternativa que NÃO contempla caso de utilização de agentes químicos.

- A. () Emprego para neutralizar pessoas por meio de gases (GASES).
- B. () Resposta a ataques com armas letais (ARMAS DE FOGO).
- C. () Cobertura ou sinalização, pela fumaça (FUMÍGENOS).
- D. () Destruição de material e pessoal, pelo fogo (INCENDIÁRIOS), sendo este utilizado somente como arma de guerra.

Corte aqui

RASCUNHO – GABARITO DO CANDIDATO

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40